

# A dívida: necessidade de vê-la em conjunto

extina

ESTADO DE SÃO PAULO

26 SET 1985

ISRAEL DIAS NOVAES

Por sua própria natureza universal, a União Interparlamentar deixa de refletir, com realismo e efetividade, aspectos supostamente regionalizados. Somos um fórum de debates, com representação de interesses freqüentemente contraditórios. Nossas decisões, doutro lado, ostentam quase sempre o caráter não-coercitivo: representamos o poder desarmado por excelência, aquele que em determinados momentos históricos dos povos chega a inexistir; enquanto os Executivos permanecem, e se alimentam da fraqueza daquele, quando não o devoram.

Não dispondo de poderes decisórios, desfrutamos do consolo da desenvoltura, da maior mobilidade. O que dizemos sugere, mas dificilmente resolve. Enquanto os Executivos nacionais se pouparam, pois suas palavras representam resoluções e compromissos, aos representantes populares reserva-se a pobre tarefa de testemunharem aquilo que as massas nacionais reivindicam, desinformadas da complexidade das engrenagens de dominação internacional.

O relacionamento econômico-financeiro do mundo atual parece-nos firmar-se como o mais pungente desafio contemporâneo. Num jogo mais de palavras do que de idéias, já se disse que a luta de classes da sociedade transferiu-se para as nações que hoje são pobres, escravizadas, em contraste com as desenvolvidas, estas com o destino da grande maioria nas mãos. Desse domínio se questiona, até mesmo a legitimidade. Quem deve? Por que deve? Como deve? O controle dos países credores sobre os outros

agravou-se de tal forma que, enquanto eles podem tudo, os outros não podem nada. Condições de pagamento, juros, prazos, tudo lhes é determinado pelos poderosos. O mundo industrializado controla as duas pontas da operação internacional: a importação e a exportação. Dita os preços de uma e de outra. A soma de tais circunstâncias impossibilita o resarcimento da dívida e degrada a vida interna do pobre cada vez mais pobre.

Se os credores tudo podem, podem sobretudo entender-se na cobrança e nos termos contratuais. Mantêm-se unidos, entendidos, solidários. O FMI, os Governos, os bancos credores associaram-se e têm uma só voz. Não lhes bastasse essa conduta orquestrada, resolveriam vetá-la aos antagônistas. Não admitem, disfarçada ou abertamente, que adotem uma atitude comum, que conversem para entender-se. Os devedores, nós, temos que ser tratados um a um. Dividem-nos para administrar-nos. Com isso se desaparecem os resquícios da independência econômica, perigam tragicamente os da autonomia política. O FMI vasculha-nos a intimidade, intervém na condução dos nossos negócios internos, ordena a maneira pela qual desejam bancos e governos supostamente credores que nos conduzam, a fim de mais tranqüilamente nos executarem.

Ora, a situação, tal como está posta e descrita, oferece riscos só invisíveis aos cegos deliberados, aqueles que não querem ver. A ganância dos credores, nos termos atuais, está conduzindo os devedores a crescente exasperação. Há um desassossego in-

terior, nas nações devedoras que põe em risco a sua já combalida ordem social. Crescentemente pobres, os povos sentem que a cada dia têm menos a perder. A inflação corrói e avulta os costumes e as instituições. A recessão imposta pelos credores lota as ruas de "chomeurs", exaltando os índices de criminalidade. A desmoralização nacional, o perecimento das perspectivas, levam à descrença no futuro, a total desesperança e desta à desordem, precursora da guerra civil, na qual se entra sem cogitar da saída. Os governos podem sofrer o assomo dos povos atormentados, com perda de autoridade e desintegração geral.

Da crise econômica emerge, assim, o fantasma da destruição de valores. Conscientes desse quadro, brasileiros de inquestionada admiração de seu povo já definiram seu posicionamento: Tancredo Neves lhe legou, em testamento, a lição de que dívida se paga com dinheiro, não com sangue e fome. O industrial Antônio Ermírio de Moraes, o maior do País, advertiu ontem encontrar-se o Brasil em vésperas de uma Pompeia, a qual o novo Vesúvio se entremostra sem disfarces.

Alongamo-nos nas presentes considerações, senhor presidente, srs. congressistas, para advertir às duas metades do mundo, a credora, escandalosamente minoritária, e o resto ululante do mundo, os milhões que já nascem devedores, e, dessa circunstância, inocentes. Queremos saber que terrível projeto poderão experimentar sete ou oito nações progressistas com os seus arredores conflagrados. Serão uma ilha precária, efêmera, com o incêndio a lambê-las por todos os lados.

Os rumos a serem adotados para obviar a situação, adiá-la, no mínimo, seria o da equiparação das partes. Necessitam os devedores reunir-se em conversações, definir uma conduta comum, a fim de comparecerem unidos perante a parte contrária. Repugna-nos prosseguir na prática da a cada dia nossos presidentes e ministros correrem o mundo, de "sombro en la mano", a solicitar compreensão e piedade para o seu caso isolado. Não se propõem desde logo moratória ou simples denúncia de compromissos, mas um encontro, para entendimentos altos, que reequilibrem a economia do mundo, tranquilizem os credores e amenizem as perspectivas dos devedores. Só o trabalho e a produção geram recursos para o resgate de dívidas. Não se cobra um devedor estrangulando-o.

Do meu lado, anima-me a idéia da reunião das nações latino-americanas, em outubro, em Montevidéu, já que fixada na recente reunião de Brasília. Esta oportunidade não poderá ser perdida, e não o será. Cada país exportará, já agora não aos contendores, mas aos companheiros de desdita sócio-econômica, suas próprias condições e perspectivas. Desse cotejo há de resultar uma fórmula comum, que deverá ser aceita pela outra parte; esta, no fundo, por certo deseja o entendimento, pois sabe que, a exigir tudo, poderá acabar por não receber nada e ser mesmo responsabilizada pelo cataclismo geral do sistema vigente.

O autor, no plenário da 74ª Reunião da União Interparlamentar, em Ottawa, Canadá, integrante da delegação brasileira, teceu da Tribuna as considerações.